

CONSELHO FISCAL
ATA DA 383ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/02/2019

Horários: 08:30h às 13:30h

Local : FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP RJ

Av. República do Chile, nº 330 – 17º andar – Torre Oeste – Centro – Sala dos Conselhos

PARTICIPANTES:

CONSELHEIROS TITULARES:

Indicados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC

Johnny Ferreira dos Santos (Presidente) – Diretor de Gestão Institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC

Prazo de atuação de **22/05/2017 a 18/05/2019** - Ratificado na 3ª Assembleia Geral Extraordinária da Finep, realizada em 11/07/2018.

Cristina Vidigal Cabral de Miranda – Coordenadora de Gestão de Empresas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC

Prazo de atuação de **22/05/2017 a 18/05/2019** - Ratificado na 3ª Assembleia Geral Extraordinária da Finep, realizada em 11/07/2018.

Indicada pelo Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Rosilene Oliveira de Souza – Coordenadora de Informação de Custos e do Sistema de Gestão Patrimonial – STN/MF

Prazo de atuação de **11/07/2018 a 11/07/2019** – Eleita na 3ª Assembleia Geral Extraordinária da Finep, realizada em 11/07/2018.

CONVIDADOS:

Paulo Rogério – Superintendente da Área de Auditoria – AUDI

Isabela Fisher – Gerente em exercício do Departamento de Auditoria – DAUD

Pablo Arruda - Gerente do Departamento de Planejamento Financeiro, Orçamentário e Custos da Finep - DPFC

Fabio Leite - Superintendente da Área de Logística - ALOG

Sergio Niskier - Consultor da Área de Logística - ALOG

Henrique Vianna – Departamento de Tesouraria da Finep - DTES1

Pedro Rogério – Departamento de Cobrança - DCOB

Ana Czeresnia – Gerente do Departamento de Metodologia e Gestão de Processos - DPMG

Patricia Almeida – Gerente do Departamento de Fiscalização de Convênios Encerrado – DFIC

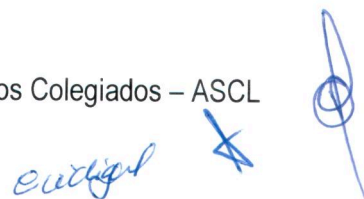
José Guilherme - Superintendente da Área de Tecnologia da Informação – ATI

Victor Manaia – Gerente do Departamento de Soluções e Governança de TI - DSGO

Ingrid Lotfi – Coordenadora de Implantação do ERP - CERP

Jaqueline Conceição - Assessoria de Apoio aos Colegiados – ASCL

Secretário Executivo: Marcos José de Castro - Assessoria de Apoio aos Colegiados – ASCL

euclides 

CONSELHO FISCAL
ATA DA 383ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/02/2019

ATA - INTRODUÇÃO

Após os cumprimentos formais, teve início a reunião às 8:30h.

I – ASSUNTOS FINEP PARA DELIBERAÇÃO E MANIFESTAÇÃO FORMAL

1. ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

1.1. Ata da 381ª Reunião Ordinária realizada em 30/11/2018

APROVADA com correções.

1.2. Ata da 382ª Reunião Ordinária realizada em 18/12/2018

MANTIDA EM PAUTA para apreciação e deliberação na próxima reunião.

2. ASSUNTOS FINANCEIROS - FINEP

2.1. Lucros Tributáveis Futuros - Revisão

O assunto foi relatado pelo Gerente do Departamento de Planejamento Financeiro, Orçamentário e Custos da Finep (DPFC), Pablo Arruda, que apresentou as justificativas, a base legal, consubstanciada pela Resolução BACEN 3.059/2002, e detalhou a evidenciação de existência de Lucro Tributável para o período de 2019-2028, o lucro antes do IR e CSLL (DRE Projetada), adição da Provisão Indedutível, de 100% da PCLD, a adição da Provisão Contingências Trabalhistas, a SELIC Média 2019-2028, de 8,03% e a previsão para as liberações de operações de crédito em 2019. Adicionalmente, foi apresentado um cenário mais conservador, considerando um resultado de liberações de operações de crédito da ordem de R\$ 2,5 bilhões e a SELIC reduzida, mantendo a evidenciação de lucro tributável futuro.

Durante a apresentação e com o assunto em discussão, foi debatido o cenário conservador apresentado e os resultados obtidos, sobretudo no que tange às liberações de operações de crédito.

Com base na apresentação realizada e no exame da Nota Técnica 01/2019, de janeiro de 2019, emitida pelo Departamento de Planejamento Financeiro, Orçamentário e Custos da Finep (DPFC), referente à evidenciação da existência de Lucros Tributáveis Futuros, o Conselho Fiscal MANIFESTOU-SE FAVORAVELMENTE ao estudo apresentado evidenciando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, de 2019 a 2028, e à possibilidade de constituição de ativo fiscal diferido.

2.2. Projeção do Grau de Alavancagem da Finep

O assunto, demandado pelo Conselho, foi relatado pelo Gerente do Departamento de Planejamento Financeiro, Orçamentário e Custos da Finep (DPFC), Pablo Arruda, que apresentou uma análise de cenários de alavancagem, abrangendo o período de 2019 a 2028, considerando os cenários de R\$ 3,85 e 2,5 bilhões em liberações de operações de crédito, para as projeções de lucro e patrimônio líquido. Caso não seja feita a incorporação dos Lucros ao Patrimônio haverá a extrapolação da margem prudencial do grau de alavancagem em 2022, para o cenário de liberações de R\$ 3,85 bilhões (índice Passivo/Patrimônio Líquido projetado seria de 9,2 em 2022). A margem prudencial não seria ultrapassada se houver um incorporação de 75% do Lucro Projetado ao Capital Social, para tanto, deveria haver pagamento de dividendo mínimo de 25%. No caso do cenário de liberações de R\$ 2,5 bilhões, sem a incorporação de eventuais lucros ao Patrimônio, a margem prudencial poderá ser ultrapassada em 2026.

CONSELHO FISCAL

ATA DA 383ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/02/2019

Uma proposta é a empresa antecipar o pagamento de alguns empréstimos junto ao BNDES. Isso acarretaria em redução substancial do grau de alavancagem.

Com base na apresentação, o Conselho solicitou a inclusão de item no Plano de Trabalho do Colegiado para o relato e apreciação da projeção atualizada do Grau de Alavancagem da Finep, com base no limite estabelecido na Portaria nº 452/2013 do então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com periodicidade semestral. Solicitou ainda que seja requerido que o Conselho de Administração acompanhe este grau de alavancagem para o longo prazo.

3. ASSUNTOS DO CONSELHO FISCAL

3.1. Calendário e Plano de Trabalho 2019 – ajustes

O assunto foi relatado pelo Secretário Executivo do Conselho, Marcos Castro, que apresentou a proposta submetida ao Conselho para o calendário 2019, APROVADO COM RESSALVAS, tendo em vista que a 2ª reunião do Colegiado a ser realizada no mês de março, antecedendo a reunião programada para apreciação das Prestações de Contas do exercício de 2018, em conjunto com o Conselho de Administração, será oportunamente definida, em função da agenda de deliberação pela Diretoria Executiva.

Em seguida, foram detalhados os principais ajustes realizados no Plano de Trabalho, APROVADO pelo Conselho.

II – ASSUNTOS FINEP PARA ACOMPANHAMENTO – COM RELATO NA REUNIÃO

4. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

4.1. Planilha de acompanhamento mensal

4.2. Pareceres Jurídicos e Técnicos dos contratos como inexigibilidade, dispensa de licitação e termos aditivos

Os assuntos foram relatados pelo Superintendente da Área de Logística (ALOG), Fabio Leite, com a apresentação das informações gerais e esclarecimentos sobre a planilha de contratos administrativos, referente às modalidades de contratação, serviço, unidade demandante e valor.

Durante a apresentação e com o assunto em discussão, foram questionados e debatidos os seguintes pontos em destaque: (i) Novos contratos, com destaque para o contrato de seguro empresarial, vales alimentação e refeição, serviços Serasa, supervisão das obras do PF200; (ii) Os contratos renovados e prorrogados; (iii) Contratos por tipo de contratação e unidade demandante; (iv) Contrato por inexigibilidade de licitação da PwC - Pricewaterhousecoopers. O Conselho Fiscal solicitou esclarecimentos acerca da inexigibilidade de licitação do contrato com a Pricewaterhousecoopers.

Demanda: O Conselho Fiscal solicita que a Auditoria realize uma análise em todos os contratos licitatórios que estão vigentes e que foram realizados por exigibilidade.

5. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

5.1. Mudança de sede – atualização do cronograma e relato da mudança da Sede RJ para o PF200

CONSELHO FISCAL

ATA DA 383ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/02/2019

O assunto foi relatado pelo Superintendente da Área de Logística, Fabio Leite e pelo Consultor Sergio Niskier, que apresentaram a previsão de prazos para a preparação inicial, execução das obras, serviços paralelos complementares à mudança e devolução de andares do edifício Ventura, que compõem os grupos de serviços do cronograma, detalhado em Project.

Durante a apresentação e com o assunto em discussão, foram questionados e debatidos os seguintes pontos em destaque: (i) Ondas de mudança dos andares e da estrutura organizacional; (ii) Prazos para o processo licitatório e início das obras; (iii) Estimativa de custo da obra, da ordem de 21 milhões de reais; (iv) Requisitos da lei 13.303/2016 para o processo licitatório; e (v) Etapas de execução das obras e prazos estimados. A expectativa que as obras tenham início em abril/2019, a mudança do corpo funcional seja concluída em dez/2019 e a devolução dos andares do Edifício Ventura ocorra no período de fevereiro a abril de 2020. Foi informado que o Edital das Obras se encontra concluído, faltando a aprovação na reunião de Diretoria.

6. ASSUNTOS FINANCEIROS DA FINEP

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

6.1. Fluxo de Caixa de Curto Prazo – Finep

O assunto foi relatado pelo Gerente do Departamento de Tesouraria (DTES1), Henrique Vianna, com a apresentação de gráficos, dados relevantes e notas explicativas referentes ao fluxo de caixa, liberações de operações de crédito e destaques abrangendo o exercício de 2018, com históricos desde 2014.

Durante a apresentação e com o assunto em discussão, foram questionados e debatidos os seguintes pontos em destaque: (i) A disponibilidade de caixa e suas causas; (ii) Quitação de empréstimos junto ao BNDES; (iii) Aplicações financeiras extramercado; (iv) Prognóstico de liberações de operações de crédito para o exercício de 2019; (v) Destaques do ano de 2018 (intermediação financeira e investimentos).

O saldo de caixa em janeiro/2018 era de R\$ 5.373,6 milhões e em dezembro se elevou para R\$ 7.078,7 milhões, sendo a captação junto ao BID e o baixo desempenho nas liberações de crédito os responsáveis pela elevação das disponibilidades. Houve uma redução de 3,8% com as entradas de intermediação financeira e por outro lado as saídas da intermediação aumentaram 4,2%. Houve ainda um crescimento de 2% na geração de tesouraria, totalizando R\$ 459,5 milhões. A geração total de caixa ao longo do ano foi de R\$ 1.705,1 milhões e a maior parte das disponibilidades foi transferida, em dezembro/2018, da conta única do Tesouro Nacional para fundos extramercado junto ao Banco do Brasil e a Caixa Econômica. Os juros equalizados totalizaram R\$ 574,1 milhões e os juros compensatórios R\$ 572,4 milhões. O ativo de crédito caiu R\$ 850 milhões ao longo de 2018.

6.2. Relatório de Inadimplência – Indicadores

O assunto foi relatado pelo Gerente do Departamento de Cobrança (DCOB), Pedro Rogério, com a apresentação de tabelas e gráficos contendo o histórico e dados atualizados até novembro de 2018, referentes ao retorno de cobranças D+30, empresas inadimplentes, ao provisionamento contábil e disponibilização de Relatório contendo dados e informações referentes à cobrança e recebimento de atrasados até D+30, recebimento por dias de atraso, percentual recebido acumulado e avisos de cobrança em aberto.

Durante a apresentação e com o assunto em discussão, foram questionados e debatidos os seguintes pontos em destaque: (i) Empresas que ingressam em recuperação judicial e o cálculo do valor total da dívida; (ii) Liquidações antecipadas sem compensação financeira.

CONSELHO FISCAL

ATA DA 383ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/02/2019

No período de Janeiro a Dezembro/2018, foram amortizados antecipadamente R\$ 284,7 milhões. Foi informado da mudança do critério de cobrança, com a não emissão de boletos para as empresas que pedem a recuperação judicial. No que tange à carteira de empresas inadimplentes em renegociação de dívida e recuperação judicial, o Conselho solicitou a inclusão do assunto no Plano de Trabalho, com apresentações trimestrais para apreciação pelo Colegiado.

7. ASSUNTOS DE GESTÃO DE CONVÊNIOS

7.1. Prestação de Contas de Convênios – Relato do avanço físico do Plano de Ação do Grupo de Trabalho criado pela RES/DIR/0254/2018 (Finalização das Prestações de Contas e Instauração de Tomadas de Contas Especiais – TCE com base na IN TCU 76/2016)

O assunto foi relatado pela Gerente do Departamento de Metodologia e Gestão de Processos – DPMG, Ana Czeresnia, que apresentou os objetivos, histórico, diagnóstico de análise prestação de contas, a visão geral do projeto de execução da força tarefa para o passivo de prestação de contas, com a quantificação do desafio das unidades envolvidas e a metodologia de monitoramento da força tarefa.

Durante a apresentação e com o assunto em discussão, foram questionados e debatidos os seguintes pontos em destaque: (i) Apreciação do plano de ação pelo TCU; (ii) Necessidade de ganhos de produtividade e automação de processos; (iii) Estoque de prestações de contas e a execução de conciliações bancárias pelo DFIC; (iv) As projeções para o custo operacional e devolução de recursos oriundos da reanálise dos convênios abrangidos pelo Acórdão 3235/17.

Foi informado a existência de 2.781 instrumentos de repasse no passivo da Finep, sendo excluídos 507 convênios do escopo da Força Tarefa, ajustando o passivo para 2.274 instrumentos. Tal amostra envolve 710 convenientes. Vale registrar que 1.647 instrumento é objeto do Acórdão TCU 3.325/2017, representando 59% da amostra, e 627 instrumentos são relativos a Instrução Normativa nº 76/2016.

7.2. Acórdão 3235/2017 - Prestação de contas 2014 - Plano de ação

O relato do assunto foi abrangido pela apresentação do item 7.1.

8. ASSUNTOS FINANCEIROS – FINEP

8.1. Informações Financeiras – Programa de Dispêndios Globais - PDG

O assunto foi relatado pelo Gerente do Departamento de Planejamento Financeiro, Orçamentário e Custos da Finep (DPFC), Pablo Arruda, que apresentou a posição de dezembro de 2018, abrangendo as origens e despesas, os valores executados em relação à programação e o quadro de investimentos.

Durante a apresentação e com o assunto em discussão, foram questionados e debatidos os seguintes pontos em destaque: (i) A venda de ativos, envolvendo terrenos em garantia; (ii) Dispêndios e aplicações; (iii) Montante de investimentos.

Destaca-se o valor de R\$ 1.163,3 milhões desembolsados pelo BID, elevando para R\$ 2.395,1 milhões o total de captações no ano (no PDG estava previsto apenas R\$ 300 milhões). Quanto às operações de crédito, houve a liberação de R\$ 1.810,4 milhões e o recebimento de amortizações de R\$ 2.608,1 milhões.

9. ASSUNTOS DE AUDITORIA

9.1. Plano Anual da Auditoria Interna – PAINT para o exercício 2019

CONSELHO FISCAL**ATA DA 383ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/02/2019**

O assunto foi relatado pelo Superintendente da Área de Auditoria (AUDI), Paulo Rogério, que fez uma breve introdução da Instrução Normativa SFC nº 09, de 09 de outubro de 2018 e apresentou a base legal, seleção das ações de auditoria, o universo auditável e o ciclo rotativo de ênfase, a matriz de risco do universo auditável e as ações programadas para 2019.

Durante a apresentação e com o assunto em discussão, foram questionados e debatidos os seguintes pontos em destaque: (i) Classificação do grau de criticidade para as recomendações de auditoria; (ii) Ações de monitoramento programadas para 2019.

Há quase totalidade das iniciativas propostas são ações obrigatórias, o que restringe a abertura de novas frentes pela Auditoria Interna.

10. ASSUNTOS JURÍDICOS**10.1. Resolução 01/2019 do Conselho de Administração (1ª Reunião Ordinária 2019) – Concessão de Assistência Jurídica a Administradores, Conselheiros, Membros do Comitê de Auditoria e Empregados**

O assunto foi relatado pela Superintendente da Área Jurídica (AJUR), Elza Aguiar, que fez um breve relato do histórico, objetivo e conteúdo da Resolução do Conselho de Administração, com esclarecimento de questões levantadas pelo Conselho, referentes a contratação de escritórios ou advogados pelo processado, análise de valor de honorários e da agenda de contratação de seguro administrador.

A proposta é de que em caso de necessidade de defesa, o membro da administração contrate a assistência jurídica e depois será deviatamente ressarcido pela Finep.

11. ASSUNTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**11.1. Relatório de pendências de homologação e implementação de módulos do ERP (quadro de criticidade x impacto nas atividades da Finep x prazo)****11.2. Relato do status de negociação do contrato com a Walar IT Business e prazo de conclusão**

Os assuntos foram relatados pelo Superintendente da Área de Tecnologia da Informação (ATI), José Guilherme, pelo Gerente do Departamento de Soluções e Governança de TI – DSGO, Victor Manaia e pela Coordenadora de Implantação do ERP, Ingrid Lotfi, com a apresentação das pendências de projeto para cada uma das frentes do ERP, com os níveis de criticidade e estimativas de prazo para conclusão das homologações e implementações. Em seguida, foi realizada apresentação do status de negociação do contrato do ERP com a Walar IT, tendo como objeto o escopo da Onda 1.1 com implementação cancelada.

Durante a apresentação e com o assunto em discussão, foram questionados e debatidos os seguintes pontos em destaque: (i) Negociação da substituição de licenças e requisitos da onda 1.1 a serem excluídos; (ii) Segurança jurídica da substituição e o risco de ressalvas associado a uma eventual avaliação dos órgãos de controle; (iii) Novas ocorrências no caso de substituição de licenças; (iv) Dificuldades de precificação dos módulos a serem excluídos; (v) Equacionamento da negociação com a contratada e os riscos de judicialização; (vi) Problema no controle financeiro ocorrido no início do ano.

Durante o mês de janeiro houve problemas um dos sistemas da área financeira, o que implicou em grande trabalho de recuperação de dados, sendo informado que a Finep pretende abrir processo licitatório para a contratação de um novo sistema. O Conselho Fiscal alertou que há escopo similar no contrato com a Walar e que a administração da Finep deve equacionar a questão do contrato com a Walar para em seguida, se for o caso, dar seguimento a nova alternativa. Vale lembrar que houve, em

CONSELHO FISCAL
ATA DA 383ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/02/2019

2017, uma decisão de diretoria para exclusão de parte das ações previstas no contrato com a Walar e que até o momento não foi formalizada nenhuma iniciativa para operacionalizar tal decisão. O Conselho Fiscal solicita que na próxima reunião ocorra uma atualização sobre o assunto e recomenda que todas as áreas envolvidas com o assunto deem uma solução imediata para a questão, sendo injustificável a indefinição que se apresenta até o momento. O Conselho também solicita dar conhecimento ao Conselho de Administração a respeito desse contrato.

III – ASSUNTOS PARA ACOMPANHAMENTO**12. ASSUNTOS DE GESTÃO****ATAS DE REUNIÕES (ASCL)**

- 12.1. Quadro de Acompanhamento das Atas;
- 12.2. Atas de Reunião de Diretoria – 23, 24/18;
- 12.3. Atas do Comitê de Auditoria – 21, 22, 23 e 24ª Reuniões de 2018; e
- 12.4. Atas do Conselho de Administração – 10ª e 11ª Reuniões Ordinárias e 3ª Extraordinária de 2018.

Em relação à pendência de submissão das Atas de Reunião da Diretoria Executiva assinadas, a Gerente da ASCL, Marcia Ribeiro, teceu esclarecimentos sobre a agenda de atualização em curso e ficou acordado que as Atas, na medida em que fossem elaboradas, seriam disponibilizadas para o Conselho no ambiente owncloud, em caráter provisório, para apreciação pelos Conselheiros. O Conselho Fiscal mais uma vez registra o atraso na assinatura das Atas, e a disponibilização das mesmas. Tal fato vai, dentro outros, de encontro com as boas práticas de governança.

13. OUTROS ASSUNTOS (00:05) (13:15 às 13:20h)


- 13.1. MEMO/AUDI/Nº 017/2019 – Relatório de Auditoria Interna nº 08/2018
- 13.2. MEMO/AUDI/Nº 022/2019 – Nota Técnica AUDI nº 02/2019
- 13.3. Deliberações do Conselho de Administração para ciência do Conselho Fiscal – 3ª Reunião Extraordinária de 2018 e 1ª Reunião Ordinária de 2019
 - DEL/CA/0001/19 - Assuntos de gestão – destituição, a pedido, do presidente da finep e designação de substituto para o exercício interino da presidência da finep
 - DEL/CA/0002/19 - Assuntos de gestão – plano de trabalho anual e calendário de reuniões ordinárias do conselho de administração
 - DEL/CA/0003/19 - Assuntos financeiros - lucros tributáveis futuros - revisão
 - DEL/CA/0004/19 - Assuntos de gestão de risco e controles internos - plano de atividades anual – 2019
 - DEL/CA/0007/19 - Assuntos jurídicos - concessão de benefício de assistência jurídica



CONSELHO FISCAL
ATA DA 383ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 01/02/2019

IV – FECHAMENTO DA ATA


Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos mandando lavrar a presente Ata, por mim elaborada e assinada, da qual faz parte integrante, como se nela transcrito, o inteiro teor dos documentos mencionados e que vai assinada por ele e pelos demais membros do Conselho Fiscal.



Marcos José de Castro
Secretário Executivo



Johnny Ferreira dos Santos
Conselheiro Titular-Presidente



Cristina Vidigal Cabral de Miranda
Conselheira Titular



Rosilene Oliveira de Souza
Conselheira Titular